



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

JANETE RODRIGUES DA SILVA

**A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA
PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB**

SUMÉ/PB

2017

JANETE RODRIGUES DA SILVA

**A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA
PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÁ-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Antunes de Melo.

SUMÉ/PB

2017

JANETE RODRIGUES DA SILVA

**A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NUMA
PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÍ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Especialista, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos docentes:

Aprovado em: ____ / ____ / 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Antunes de Melo (CDSA – UFCG)
(Orientador)

Profa. Dra. Norma Maria de Oliveira Lima

Profa. Ma. Amanda Kelle Fernandes de Abreu

SUMÉ/PB

2017

A Deus por ser essencial em minha vida, por ter me dado sabedoria, compreensão, discernimento e por me permitir ver um novo amanhecer, pois até aqui me ajudou o Senhor, minha fortaleza e meu refúgio. Muito obrigada, meu Deus.

AGRADECIMENTOS

Aos Mestres...

Meu reconhecimento sincero e eterno por tudo que destes de vós para a nossa formação profissional.

As minhas filhas Juliete, Jaqueline e minha neta, a pequena Laura, pela alegria de tê-las em minha vida, por serem minha motivação maior para buscar mais conhecimentos. Pessoas as quais desejo deixar como legado a minha FÉ em DEUS e o meu ENTUSIASMO pelos ESTUDOS.

De forma grandiosa os meus pais: Maria das Dores (IN MEMORIAM) e Luiz pela vida, pelo amor, pela educação e formação moral que me deram. Vocês foram meus primeiros mestres e sem vocês eu não teria chegado até aqui. Eternamente grata.

Ao meu companheiro Severino que de forma especial e carinhosa me incentivou nos momentos de desânimo, me apoiou e acreditou em mim.

Minha irmã Janeide que foi suporte indispensável no cumprimento desta minha jornada.

Minha amiga Fátima Vasconcelos que desde o início de minha trajetória nesse curso esteve ao meu lado sempre me ajudando, me incentivando e me dando força para prosseguir e, hoje, final do curso, procuro entre as palavras aquela que gostaria que o seu coração ouvisse do meu, e só encontro um simples e sincero obrigada, FÀTIMA VASCONCELOS.

À Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES), na pessoa da Profa. Dra. Crislene Rodrigues da Silva Moraes.

De modo especial, meus agradecimentos e admiração ao meu orientador: Prof. Dr. Antônio Antunes de Melo, pela atenção e contribuição para a conclusão desta caminhada.

Os educadores da EJA são os mais recentes andarilhos da educação brasileira. Há que lhes dar atenção. Escutá-los com cuidado. Ouvi-los mais devagar. Atentar para suas histórias. Elas são feitas de pedaços de vida e de morte. De sucessos e de fracassos. De avanços e recuos. De alegrias e tristezas. Suas mãos podem estar vazias de verdades, mas seus corações e mentes estão cheios de ideias, de desejos, de aprendizados.

(Valdo Barcelos)

RESUMO

Na contemporaneidade, a formação e o desenvolvimento profissional dos professores tem sido objeto de estudo e debates de muitos pesquisadores que se propõem a investigar o campo da educação, e nestes, estão incluídas a formação e atuação dos professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA especialmente por considerar que esta é uma modalidade de ensino que está inserida na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, e busca atender as pessoas que não tiveram acesso à educação básica na idade apropriada, permitindo assim, recuperar o tempo perdido no campo da educação formal e na preparação para exercer sua cidadania plena. A presente pesquisa tem o propósito de levantar discussões e reflexões a cerca de concepções teóricas que propõem uma ressignificação do fazer pedagógico, pois acreditamos que a formação do professor é de suma importância na reinserção do aluno no sistema formal de ensino. Nesse sentido, nosso objetivo é conhecer a prática dos professores da Educação de Jovens e Adultos-EJA e seu currículo para reconhecer os entraves e possibilidades inerentes a essa modalidade de ensino, de forma especial relacionados à formação inicial e continuada de professores da rede municipal de Camalaú-PB. A metodologia utilizada foi do tipo descritivo-analítico com abordagem qualitativa, através de técnica de pesquisa de campo, especificamente de levantamento de dados com utilização instrumental em forma de questionário. Utilizou-se como amostragem 100% dos 05 professores da EJA. Diante dos resultados da pesquisa pude-se perceber a deficiência das práticas de ensino desenvolvidas pelos professores da Educação de Jovens e Adultos. Nesse contexto, nenhum desses profissionais possui formação específica para essa modalidade, além do mais, a desorganização e inadequação do currículo destinado a Educação de Jovens e Adultos apresenta-se fragmentado e descontextualizado da realidade dos alunos, causando desmotivação e conseqüentemente descontinuidade nos estudos.

Palavras-Chave: Formação continuada. Prática docente. Perspectivas e desafios.

ABSTRACT

In contemporary times, the training and professional development of teachers has been the object of study and debates by many researchers who propose to investigate the field of education, and these include the training and performance of teachers in Youth and Adult Education – EJA especially considering that this is a teaching modality that is included in the Law of Guidelines and Bases for Education, and seeks to serve people who did not have access to basic education at the appropriate age, thus allowing them to make up for lost time in the field of education formal education and in preparation for exercising full citizenship. This research aims to raise discussions and reflections on theoretical concepts that propose a new meaning of pedagogical practice, as we believe that teacher training is of paramount importance in the student's reinsertion into the formal education system. In this sense, our objective is to understand the practice of Youth and Adult Education-EJA teachers and their curriculum to recognize the obstacles and possibilities inherent to this teaching modality, especially related to the initial and continued training of teachers in the municipal network of Camalaú-PB. The methodology used was descriptive-analytical with a qualitative approach, through field research techniques, specifically data collection using instrumental use in the form of a questionnaire. 100% of the 05 EJA teachers were used as a sample. Given the research results, it was possible to perceive the deficiency in the teaching practices developed by Youth and Adult Education teachers. In this context, none of these professionals have specific training for this modality, moreover, the disorganization and inadequacy of the curriculum aimed at Youth and Adult Education appears fragmented and out of context from the students' reality, causing demotivation and consequently discontinuity in studies.

Keywords: Continuing training. Teaching practice. Perspectives and challenges.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS ESTRUTURAÇÕES E CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DESDE O SEU SURGIMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS	11
2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS AOS EDUCADORES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA PRÁXIS EFICIENTE.....	14
2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO TEÓRICO	17
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PERSPECTIVA DE AVANÇO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA –, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB.....	19
3. METODOLOGIA.....	22
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB	22
3.1.1 Localização e Acesso	22
3.1.2 Aspectos socioeconômicos	23
3.1.3 Aspectos fisiográficos.....	23
3.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PESQUISADA	24
3.3 INFRAESTRUTURA: ASPECTOS FÍSICOS E HUMANOS	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 VARIÁVEIS SOIODEMOGRÁFICAS	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	38

1. INTRODUÇÃO

Uma das premissas básicas da presente pesquisa é refletir sobre a formação, preparação, perfil e prática dos professores da Educação de Jovens e Adultos - EJA da rede municipal de ensino no município de Camalaú, Estado da Paraíba, buscando compreender como se dá o processo educativo dessa modalidade de ensino. Ao mesmo tempo, buscamos identificar os entraves que permeiam e dificultam um maior e melhor rendimento dos educadores – sujeitos imprescindíveis no processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral “Conhecer a história da EJA e seu currículo para reconhecer os entraves e possibilidades inerentes a essa modalidade de ensino, de forma especial relacionados à formação inicial e continuada de professores das escolas municipais de Camalaú-PB”. Nesse sentido, os objetivos Específicos são os seguintes: Citar teóricos / pensadores que embasam a Educação de Jovens e Adultos; Identificar as concepções e metodologias empregadas em sala de aula; Precisar como acontece a formação inicial e continuada dos professores da EJA; Definir o perfil dos professores da EJA da rede municipal.

Nessa perspectiva, pretende-se também investigar se há relação entre a formação eficiente do professor e a aprendizagem dos alunos da EJA, pois o que se percebe é que apesar das suas especificidades a Educação de Jovens e Adultos não dispõem de profissionais qualificados para atenderem essas turmas. Essa suposta desqualificação apresenta fragmentação/ineficiência no desenvolvimento do currículo, onde na maioria das vezes os conteúdos e as atividades realizadas são iguais as do currículo regular. Afora a descontextualização da realidade dos alunos, contrariando assim, o pensamento de Paulo Freire que afirma que alfabetizar adultos requer o desenvolvimento de uma proposta de trabalho diferente daqueles destinados aos alunos de escolas regulares, com propostas específicas e adequadas a esse público diferenciado.

Partindo desse contexto, o presente estudo baseia-se em uma modesta revisão bibliográfica de autores e pesquisadores a exemplo de Paulo Freire e Moacir Gadotti e outros que dialogam sobre o ensino e a aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Este diálogo acontece em uma perspectiva de significação que vai além da alfabetização e possibilita uma formação geral do indivíduo, conscientizando-o do seu direito de entender e intervir na sociedade na qual está inserido.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE AS ESTRUTURAÇÕES E CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DESDE O SEU SURGIMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS

É da competência da sociedade como um todo e, sobretudo dos educadores pensarem em projetos e programas políticos para a Educação de Jovens e Adultos-EJA, refletindo sobre quem são esses sujeitos que estão a margem do acesso á cultura letrada, quais alternativas seriam possíveis para reverter esse quadro de exclusão, que dialética curricular deve compor o ensino aprendizagem dessas turmas e como se dá a formação do professor para atuar nesta modalidade de ensino. Nas palavras de Gadotti, apud FME (2007, p.126-127) encontramos respaldo para essa afirmação:

A Educação de Adultos é reconhecida pela Unesco como direito humano estando ela implícita no direito à educação, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a começar pelo primeiro nível que é o da alfabetização. De fato, a alfabetização é a base para a aprendizagem ao longo da vida. Nenhuma educação é possível sem a habilidade da leitura e da escrita.

Nesse contexto, para uma melhor compreensão da nossa realidade contemporânea da Educação de Jovens e Adultos, julgamos necessário um breve histórico sobre essa modalidade, suas estruturações e concepções até os dias atuais, para que assim, a compreensão das políticas e práticas voltadas para a formação dos educadores de jovens e adultos no Brasil seja compreendida nesse estudo com maior clareza, pois o processo de formação não acontece de forma isolada e autônoma, mas apresenta-se vinculada ao contexto econômico-social das unidades sociais.

Nessa perspectiva, no início do período do Brasil Colônia, surgiu a Educação de Jovens e Adultos com propósitos voltados para a doutrina religiosa, com finalidade puramente religiosa sem nenhuma intenção educacional. Na década de 30, período em que a sociedade brasileira passava por grandes transformações relacionadas ao processo de industrialização e concentração populacional em grandes centros, o sistema público de educação elementar ocupa seu lugar na história no Brasil tomando impulso e estendendo-se até a década de 40.

Com o fim da ditadura Vargas, em 1945, a democracia ganha força e o aumento da quantidade de eleitores era necessário ao Estado Novo, já que, adultos analfabetos eram politicamente e judicialmente impedidos de votar ou serem votados. Aliado a isso, a chegada da ONU – Organização das Nações Unidas contribuiu para o lançamento do primeiro projeto do governo em 1947, sob forma de campanha em prol da Educação de Jovens e Adultos que previa a alfabetização do educando em três meses e a conclusão do curso primário,

juntamente com a capacitação profissional num período de sete meses, prazo bem inferior ao normal.

Na década de 50 a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos que era direcionada ao meio rural, começa a perder força e estímulo, mas a partir daí, foi aberto um leque de discussões teórico-pedagógicas sobre o analfabetismo e a educação de adultos no país, que ajudou a superar a concepção que legitimava o preconceito contra o adulto analfabeto que era visto como incapaz e marginal.

No final da década e de 50 e início de 60 uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e uma nova pedagogia foi proposta pelo educador Paulo Freire que propunha na época, métodos e filosofia de uma educação ativa que considerava a vivência e a realidade dos alunos, que deveriam ser participantes ativos no processo de educação. Paulo Freire criticou a chamada educação bancária, que considerava o analfabeto pária e ignorante, uma espécie de gaveta vazia onde o educador deveria depositar conhecimento. Tomando o educando como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que a fosse transformando através do diálogo. Nas palavras de Freire, apud Duarte (2012, p. 48):

Simplesmente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção “bancária”, entregar-lhes “conhecimento” ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos (Freire, apud Duarte, 2012).

Em 1964 Paulo Freire era encarregado de desenvolver o Programa Nacional De Alfabetização de Adultos que inspirava vários outros programas para essa modalidade de ensino, tais como: Movimento de Educação de Base/ MEB, Centros Populares de Cultura/CPC, Movimento de Cultura Popular/ MCP e outras campanhas. Mas, com o golpe militar Paulo Freire foi exilado e o Plano Nacional de Alfabetização que seria estendido em todo país, através de programas foi interrompido dando espaço ao surgimento do MOBREAL, criado pela Lei n.5.379 de 15 de dezembro de 1967 com o objetivo de promover apenas a alfabetização funcional para erradicar o analfabetismo e o desenvolvimento da mão de obra para o trabalho. O MOBREAL foi extinto em 1985.

Em 1971 a LDB limitava o dever do Estado em ofertar o ensino a crianças de 7 a 14 anos, no entanto, reconhecia a educação de adultos como direito a cidadania. O Centro de Estudos Supletivos/ CES foi criado em 1974 com uma proposta de ensino tecnicista e auto-instrucional que ofertava certificação rápida e superficial. Nos anos 80 vários projetos e pesquisas foram desenvolvidos relacionados à Alfabetização de adultos (LDB: Lei 9.394/96).

Segundo a Constituição Federal (1988), o Brasil passou a garantir o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório para todos e a EJA começou a ser reconhecida em vários países através das conferências da UNESCO, em 1990. Sendo assim, situando a Educação de Jovens e Adultos no contexto do direito a educação, expresso em nossa Constituição Federal, no art. 6º, vamos encontrar o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (EC nº 26/2000 e EC nº 64/2010).

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deixa isso bem claro, em seu art. 37, §1º: “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas”. Além de definir a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino. Nesse mesmo sentido, a Resolução CNE/CEB n.º1, de 05 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (LDB, 9.394/96).

Nesse documento, além das diretrizes para a garantia legal da educação nessa modalidade, em turmas regulares, o documento trata também sobre a oferta dessa educação para jovens e adultos em situações de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Outro aspecto de que trata tais diretrizes para a educação de jovens e adultos, é a educação à distância, que vem crescendo a cada dia mais, principalmente para esse público que está no mercado de trabalho e vê nessa modalidade uma chance a mais para dar continuidade aos seus estudos, tendo ao mesmo tempo uma maior flexibilidade no horário dos estudos, sejam esses semipresenciais ou totalmente a distância, possibilitados especialmente por meio das tecnologias da informação e comunicação.

De igual modo, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, também trata a EJA como Modalidade de Ensino. Já o mais recente PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece uma meta para a Alfabetização e Alfabetismo funcional de jovens e adultos, em sua Meta 9: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (PNE: Meta 9, 2014).

Um rápido olhar nos mostra que a situação da Educação de Jovens e Adultos, ainda é uma das grandes preocupações do município, pois o número de desistentes ainda é muito alto, em relação ao número de matrícula inicial. Sendo assim, sentimos a necessidade de enveredar outros espaços, seja a formação inicial e continuada dos professores, bem como a sua prática

em sala de aula, onde pretendemos encontrar algumas respostas para a nossa pesquisa. Nesse sentido, é pertinente refletir nos ensinamentos do nosso mestre Paulo Freire (2007, p.56):

Que bom seria, na verdade, se trabalhássemos, metodicamente, com os educandos, a cada par de dias, durante algum tempo que dedicaríamos à análise crítica de nossa linguagem, de nossa prática. Aprenderíamos e ensinaríamos juntos um instrumento indispensável ao ato de estudar: o registro dos fatos e o que a eles se prende. A prática de registrar nos leva a observar, comparar, selecionar, estabelecer relações entre fatos e coisas. Educador e educandos se obrigariam, diariamente, a anotar os momentos que mais os haviam desafiado positiva ou negativamente durante o intervalo de um encontro ao outro (Freire, 2007).

Tendo essa reflexão como ponto de partida, pretendemos investigar se essa prática está presente em nossas salas de aula de jovens e adultos, ou qual a metodologia empregada em suas aulas. Com essa proposta de pesquisa, pretendemos reconhecer o perfil dos nossos professores, bem como as concepções que guiam as suas práticas. Tudo isso com a pretensão de encontrar os entraves que existem nessa modalidade de ensino, e de igual forma, contribuir com possíveis mudanças no currículo que conseqüentemente poderão proporcionar melhorias na qualidade do ensino-aprendizagem dos jovens e adultos do nosso município.

2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS AOS EDUCADORES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA PRÁXIS EFICIENTE

São notórias e relevantes as exigências coexistentes no perfil do professor do século XXI, que por longas datas era compreendido como aquele que detém o saber em determinadas áreas de conhecimentos e domina o processo educativo, repassando e ensinando os conteúdos aos seus alunos em um processo de ensino alienador que não prioriza qualquer reflexão crítica, simplesmente os educandos arquivam as informações recebidas pelo professor. A esse modelo de educação, Freire, apud Duarte (2012, p. 66) definiu como educação bancária:

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar em que os educandos são os depositários e o educador depositante. Em lugar de um comunicar-se o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los. (FREIRE, apud Duarte, 2012).

Porém, diante das mais variadas mudanças pelas quais a sociedade vem passando no decorrer dos tempos com a grande modernização tecnológica, econômica, cultural e especialmente após a democratização do acesso à internet que no final dos anos 90 marcaram definitivamente o modo de vida dos educandos e conseqüentemente toda estrutura do processo educacional com as novas tecnologias de comunicação e de informação que possibilitam desde cedo a interação e o conhecimento prévio das crianças com os mais variados assuntos que possivelmente serão mais tarde tratados pelo professor em sala de aula,

exigem que o professor repense sua prática e acompanhe estas mudanças. Segundo Diniz, Scougla & Prestes (2010), apud Oliveira & Araújo (2015, p. 218); “Podemos afirmar com segurança que as mudanças no mundo do trabalho sob o impacto da globalização solicitam análises cada vez mais aprofundadas, pesquisas continuadas e complementares, ou seja, discussões permanentes”. (Diniz, Scougla & Prestes (2010), apud Oliveira & Araújo, 2015).

Essa e outras situações justificam a necessidade de novas competências e habilidades agregadas ao perfil desse profissional que definitivamente deixa de ser técnico e burocrático e se veste de uma nova proposta, absorvendo novas funções e objetivos numa dinâmica social ajustada e contextualizada com o dia-a-dia, viabilizando o conhecimento de forma participativa e crítica, articulando o contato dos alunos com o conhecimento e com a comunidade, preparando o aluno para o mundo do trabalho, para o exercício consciente de sua cidadania, bem como, para o desenvolvimento de suas próprias aspirações. Nesse sentido MACEDO, apud Melo & Araújo (2015, p. 56).

As demandas atuais exigem que a escola ofereça aos alunos sólida formação cultural e competências técnicas, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam adaptação e permanência no mercado de trabalho, como também a formação de cidadãos críticos e flexíveis, que possam exercer sua cidadania ajudando na construção de uma sociedade mais justa. (MACEDO, apud Melo & Araújo, 2015).

Desenhar o perfil do educador em relação às suas competências é necessário perpassar pelas constantes transformações sociais ocorridas nos contextos sociais, conforme Freire, apud Duarte (2016, p. 16):

O Conceito de Alfabetização de jovens e adultos vai se movendo em direção da educação popular na medida em que a realidade começa a fazer alguma exigência à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem acontecendo na cotidianidade do meio popular (Freire, apud Duarte, 2012).

A prática educativa no ensino de Jovens e Adultos é um desafio e estar preparado para desenvolver um trabalho de qualidade requer do professor um perfil dinâmico que contemple não só as aspirações formais da prática, mas também, os espaços subjetivos deste profissional que precisa superar os descontentamentos e desencantos da sua profissão que infelizmente ainda é desvalorizada e se esforçar para dar o melhor de si aos seus alunos, munidos de sentimentos de esperança, perseverança e na crença em dias melhores para educação e para humanidade. A respeito disso, Paulo Freire afirma que:

O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos. O sonho possível tem a ver com os limites destes espaços e esses limites são históricos. (...) A questão do sonho possível tem a ver exatamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora. A questão dos sonhos possíveis, repito, tem a ver com a educação libertadora enquanto prática utópica. Mas não utópica no sentido do irrealizável; não utópica no sentido de quem discursa

sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utópico no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e exploradora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos exploradora, do ponto de vista das grandes massas populares que estão constituindo as classes sociais dominadas. (Freire, 1982, p.100).

Nesse sentido, entende-se que a esperança sozinha não resolverá toda a problemática da prática educativa, mas se somada ao esforço, à persistência, a competência e humildade, o professor estará na direção certa.

Segundo a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE e do Conselho de Educação Básica – CEB, Nº 1, 5 de julho 2000. Art.17-A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e pra o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

- I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
- II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
- III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
- IV - utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

No que se refere a formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino do município de Camalaú-Pb, confere-se que atualmente a formação mínima desses professores passou a ser de nível superior, o que já é um ponto positivo, porém, não há uma formação inicial nem continuada que seja voltada a uma prática de educação popular e do trabalho com jovens e adultos, e esse despreparo muitas vezes leva o professor a fazer uso de métodos infantis que não conferem sentido aos saberes do adulto, desconsiderando que estes adultos são seres pensantes, profissionais, donos de casa e atuantes na sua comunidade. É pertinente que o professor da educação de jovens e adultos tenha a consciência da importância da valorização do conhecimento e das experiências que esses alunos possuem.

Nesse sentido as práticas pedagógicas utilizadas na educação de jovens e adultos do município não contemplam os anseios de uma prática de educação popular que se ajuste a essa modalidade; no entanto, encontra-se em processo de construção e apoia-se na fundamentação “o respeito pela cultura do outro, a percepção de conteúdos que permitam uma leitura crítica da realidade” VORRABER (1998), apud Oliveira & Almeida (2005, p. 6).

Compreendendo que a formação continuada é de suma importância para a prática educativa e que o professor é fundamental na vida dos educandos e para a sociedade, convém ressaltar que esse profissional tem grande responsabilidade na transformação de pessoas, na formação de opinião e de caráter. Alfabetizar jovens e adultos é uma ação que requer diálogo,

compromisso, afetividade, responsabilidade, gosto pelo fazer pedagógico e sobre tudo, não pode ser um ato isolado ou fechado. Nesse sentido, Brandão (1998) apud Gomes & Araújo (2015, p. 181) afirma que:

A educação deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor, dá pra pensar sem susto -, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo à distância), pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum.”(BRANDÃO (1988) apud Barcelos. 2010, p.42).

Refletir sobre suas ações e repensar a sua prática devem ser um hábito permanente no dia-a-dia do professor “Ação e reflexão e ação se dão simultaneamente” (Freire,1983,p.149). Esses são princípios essenciais para uma boa prática que aliada a formação continuada, elaboração de projetos e/ou de planejamento podem aprimorar a prática educativa, a saber:

A formação é uma prática de conhecimentos e todo conhecimento nasce com uma pergunta. A pergunta é o primeiro passo do conhecimento. As perguntas surgem na ação, em sua grande maioria. Tentar responder a perguntas antes que elas surjam-na cabeça do alfabetizador é, no mínimo, pouco racional. No entanto, é isto que acontece nas formações que antecedem à ação. Temos, então, o absurdo de responder a perguntas não formuladas e depois, quando elas aparecem, não ter um momento de formação para responde-las (GADOTTI (2011) Melo & Araújo p.58).

Dessa forma, Gadotti nos leva a refletir e questionar também sobre a qualidade das capacitações continuadas oferecidas aos professores por algumas universidades – se as mesmas estão direcionadas para a prática em sala de aula e se atendem as necessidades dessa modalidade.

Outra problemática enfrentada pela Educação de Jovens e Adultos se refere às formas de avaliação e organização curricular que separa os conteúdos escolares dos conteúdos vividos e aprendidos no dia-a-dia dos alunos, desconsiderando a idade e as vivências social e cultural dos alunos, utilizando uma proposta destinada ao nível infanto-juvenil do ensino regular.

2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos tem como público alvo indivíduos que por algum motivo tiveram que interromper seus estudos quando criança, por motivos como: trabalho, gravidez na adolescência ou até mesmo aqueles alunos tido como alunos problemáticos (rebeldes), com consistente evasão escolar, inúmeras reprovações, entre outros aspectos que fazem com que esse aluno torne-se marginalizado pela sociedade. Daí surge a Educação de Jovens e Adultos com o objetivo de atrair e acolher este grupo social, proporcionando a recuperação do tempo perdido no campo educacional e preparando-os para exercerem seu

papel de cidadão em meio a uma sociedade tomada pelos avanços tecnológicos e movida pelo capitalismo. No entanto, é necessário refletir sobre como trabalhar no processo de ensino aprendizagem desses indivíduos, pois ambos trazem consigo uma vasta bagagem de conhecimento adquirido ao longo de sua vida. Segundo Freire (1987) são pessoas que não tiveram infância, ou tiveram uma infância frustrada, tem vergonha de si mesmo, possuem complexos de inferioridade diante da sociedade que os oprime e os discrimina.

Muitos desses jovens que ingressam na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos visam adaptarem-se as novas exigências do mercado de trabalho, enquanto outros têm como foco fundamental o aprendizado da leitura e da escrita, enquanto outros veem na escola a possibilidade de melhorar as condições de vida e ter ascensão social. Dessa forma, é importante refletir sobre os anseios dos alunos, considerando as causas que os trouxeram de volta a escola.

Em Educação de jovens e Adultos estamos tratando com um grupo de pessoas que foram silenciadas por longos momentos de suas vidas. São pessoas que, em alguns casos, já chegaram a internalizar que são incapazes de aprender. Que são já velhas demais para aprender ou até mesmo que aprender a ler e a escrever não mudará em nada suas vidas. Sem dúvida que são estas representações construídas histórica e culturalmente. Sendo portanto, possíveis de serem (re)desconstruídas. (BARCELOS (2010) apud Gomes & Araújo, p.176).

Sendo assim, tomando como base as argumentações de estudiosos e os relatos vivenciados durante nossa pesquisa sobre a visão de mundo desses alunos, é possível perceber a defasagem que atualmente vive a educação de jovens e adultos, não só pela ausência de financiamento, ou pelas ações pedagógicas massificadas que não atendem adequadamente a esse público heterogêneo, ou pelo desprestígio para com essa modalidade, mas principalmente pela fragmentação no contexto do mundo cotidiano dos alunos. Nesse sentido:

Esse processo de construção é uma das tarefas mais urgentes e meritórias do trabalho de alfabetização de jovens e adultos. Não apenas pelo fato de incluir os mesmos no mundo da leitura e da escrita, mas também, isso é da maior importância política, ser um passo importante para reacender nestas pessoas a crença na sua potencialidade (BARCELOS, 2010 apud Oliveira & Araújo, p.216).

Após analisarmos minuciosamente as práticas, discursos e metodologia utilizada pela Escola Municipal Francisco Chaves Ventura no município de Camalaú-Pb, é possível perceber que a Educação de Jovens e Adultos ainda é vista como algo que veio apenas para recuperar o tempo perdido por aqueles que não puderam estudar na idade própria. E ainda, preparar a mão de obra mais rápido para o mercado de trabalho e os próprios jovens e adultos que voltam a estudar reproduzem um pensamento corrente na sociedade: o de que a educação deles é uma “oportunidade”.

Diante disso, entendemos que essa é uma concepção errônea que deve ser mudada o quanto antes, pois a educação precisa ser entendida como um direito. Educação não é

privilégio, mas sim, direito instituído na Constituição, pois só assim, se tem uma visão mais ampla do real sentido da Educação de Jovens e Adultos. Arroyo (2001) afirma que: “A Educação de Jovens e Adultos somente será reconfigurada se olhar for revisto. Se o direito á educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de jovens-adultos forem vistos para além dessa carência”. (Arroyo, 2001, p. 20).

Nesse sentido, é preciso acreditar que a reinserção dos alunos no sistema formal do ensino da Educação de Jovens e Adultos não deve representar apenas números que contabilizam quantidades a mais de alunos na escola, mas sim, oferecer de fato uma educação significativa, adequada e de qualidade que atenda aos anseios e necessidades desses alunos. E para isso acontecer é necessário e urgente repensarmos a Educação de Jovens e Adultos como um espaço de formação continuada que promova o desenvolvimento integral do sujeito, tornando capaz de opinar, de discutir e interferir sobre as questões sociais e se beneficiar dos conhecimentos adquiridos na sua vida cotidiana.

Desse modo, a Educação de Jovens e adultos deve ser pensada como dever do estado de ofertar um ensino com qualidade e não apenas como programas de assistencialismo em que uns fingem que ensinam e outros fingem que aprendem conseguir diploma. Sendo assim, temos em perspectiva, proposição de mudanças na metodologia, revisão e reconstrução do currículo e implantação de políticas públicas de ensino que promova uma nova aprendizagem e resgate a valorização do saber do educando de acordo com a sua vivência.

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PERSPECTIVA DE AVANÇO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA –, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÍ-PB

Vislumbrar a possibilidade de vivenciar uma nova proposta educacional na Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino no município de Camalaú-PB, voltada para a Economia Solidária que propõe novas formas de pensar a educação de jovens e adultos e que se caracteriza por apresentar práticas de uma educação para a cooperação coletiva, se contrapondo com as práticas formadas no capitalismo que motivam o individualismo e a concorrência, será um grande desafio para os professores e para o próprio ensino. Sendo assim:

O momento em que estamos vivendo em relação ao trabalho educativo com jovens e adultos, está passando por intenso processo de avaliação e reavaliação. Muito se avançou, muito se tem questionado sobre práticas educativas, avaliativas,

pedagógicas, didáticas. Enfim, nossas diretrizes curriculares, formativas, iniciais e continuadas de professores(as), estão em discussão. (Barcelos (2010) apud Oliveira & Araújo, p.218 e 219).

Nesse sentido, é interessante dialogar sobre a perspectiva de mudanças na metodologia, revisão e reconstrução de um currículo da Educação de Jovens e Adultos que promova uma nova aprendizagem e resgate do saber do educando, de acordo com a sua vivência, que atenda as necessidades dos jovens e adultos trabalhadores que ficaram limitados a ocupações informais de subempregos e que foram excluídos do contexto social. É preciso pensar em uma proposta de trabalho que concilie trabalho e educação com foco no desenvolvimento socioeconômico sustentável desses educandos. Nas palavras de Marcos Arruda (2003, p. 32), encontramos respaldo para esse pensamento:

[...] a EJA tem que casar trabalho e educação. Para isso, precisa ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Tem que ser desenhada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que têm como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias quer como arrimos da família, quer para obter rendimento complementar [...] (Marcos Arruda (2003, p. 32).

A proposta de uma pedagogia para a economia solidária busca subverter a prática comum tradicional: a de uma educação neutra universalizante, alienante que desconsidera a leitura de vida e pouco contribui para suprir as necessidades e aspirações humanas. Tal proposta educativa, além de viabilizar a conexão entre o ato de conhecer e o ato de trabalhar, propõe também, uma mudança de conceitos, de relações interpessoais e produtivas. Para Marcos Arruda (2003, p. 37):

A Economia Solidária promove a educação não como um fim em si, mas como via de empreendimento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social [...] (Arruda: 2003).

Outra observação pertinente em relação ao currículo da Educação de Jovens e Adultos desenvolvido no município de Camalaú – PB se refere à metodologia e formação dos professores. Nenhum desses profissionais possui formação específica para essa modalidade e entendemos que essa suposta desqualificação pode ter relação direta com a aprendizagem dos alunos. Neste sentido, Moacir Gadotti (2009, p. 37) afirma que:

Em qualquer tipo de formação é importante despertar a confiança dos educandos. E isso se consegue na medida em que os educadores não se distanciam dos educados. A economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigências de todo diálogo verdadeiro - educador e educando deve ser levado em conta, sobretudo na formação em economia solidária. (Gadotti, 2009).

Desse modo, pode-se enxergar a necessidade de uma formação global, que atinja não só alunos, mas também os professores e todos os envolvidos no contexto escolar, pois, um dos principais desafios da formação na economia solidária é reconhecê-la não só como um ato pedagógico, mas também, mudanças de valores e concepções, porque todo o seu conhecimento se aprende na prática, na vivência com troca de saberes e experiências

compartilhadas. Nesta perspectiva, Arruda afirma: “Reconceber a educação escolar na perspectiva da economia solidária implica introduzir nos programas de ensino-aprendizagem a alfabetização em economia solidária e em filosofia da libertação”. (ARRUDA (2005) Oliveira & Araújo, p. 221).

Partindo do entendimento de que a economia solidária é uma alternativa inovadora que busca a inclusão social na geração de trabalho e renda, integrando quem produz, quem vende, quem compra e quem troca em perspectivas de princípios de autogestão, solidariedade, consumo solidário, comércio justo, respeito à natureza e cooperação, pressupõe-se que a escola abandone velhas práticas educacionais que estão centradas na transmissão de ideologias capitalistas que se interessa apenas em qualificar a mão-de-obra rápida e barata do trabalhador para atender às demandas do mercado sem se importar com os direitos e aspirações dos cidadãos e experimente vivenciar uma nova prática atrelada a mudanças de hábitos, de cultura, valores e de vida. De acordo com Singer (2005 apud Gadotti, 2009, p. 35):

[...] a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco [...] (Singer (2005) apud Gadotti, 2009).

Portanto, as experimentações são estratégias que constituem o aprendizado prático de novas relações de trabalho que só podem ser amadurecidas se forem vivenciadas no dia-a-dia para que assim, construam uma cultura com base solidária. Sendo, assim, Navilli (1980 apud Nascimento, 2009, p. 13) diz que: “O que é experimental é o que não é natural, espontâneo”. Nesse sentido, Nascimento (2009, p. 13) acrescenta: “Cabe a nós descobrir as formas de experimentação que possam ser conduzidas de forma científica, pelo método de ensaios e erros; isto é que possamos corrigir, ou abandonar, ou melhorar. Dessa forma, a experimentação pode torna-se democrática” (Nascimento, 2009).

Considerando que a economia solidária propõe à autogestão e que a experimentação é um princípio fundamental para gerir o trabalho coletivo, entendemos que a escola é um lugar privilegiado para vivenciar tal prática, pois segundo Naville (1980 apud Nascimento, 2009, p. 14) “O campo educativo e escolar foi sempre um terreno de experimentação, de inovação, de contestação; é um dos campos principais em que a experimentação para a autogestão deve se exceder”. E por que não dizer que a Educação de Jovens e Adultos seria o canteiro social apropriado com garantia de terreno fértil para implantar esse modelo de organização democrática e participativa?

3. METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo com carácter qualitativa, vislumbrando o propósito de investigar a formação e a prática dos professores da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva de economia solidária do município de Camalaú-PB. Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário composto por dez (10) perguntas destinadas a cinco (05) professores que compreendem 100% do total de educadores do 1º e 2º segmentos da EJA da escola pesquisada. E os participantes foram identificados com as letras A, B, C, D, E, para que dessa forma, suas identidades sejam preservadas.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB

3.1.1 Localização e Acesso

O município de Camalaú está localizado na Microrregião do Cariri Ocidental e na Mesorregião da Borborema do Estado da Paraíba. Sua Área territorial é de 543km². Limita-se com o Estado de Pernambuco e os municípios de São João do Tigre(22km), São Sebastião do Umbuzeiro(37 km), Monteiro(35 km), Sumé(26 km) e Congo(20 km). Está a uma distância de 331,7km da capital João Pessoa. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 412/PB 224 Está inserido na Folha SUDENE de Sumé (CPRM, 2005).

Os gentílicos de Camalaú são camalauenses. O município contava com 5.749 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 10,57 habitantes por km² no território do município. Situado a 513 metros de altitude, de Camalaú tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 53' 10'' Sul, Longitude: 36° 49' 25'' Oeste.

Figura 1: localização do município de Camalaú no Estado da Paraíba.



Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-camalau.html>

3.1.2 Aspectos socioeconômicos

O município foi fundado em 21 de junho de 1895 e teve sua emancipação política instalada em 19 de março de 1962, a População Total é de 5.749 habitantes sendo que 50% da população residem na área urbana. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,567. O município apresenta 17.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio).

Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 7917. Em 2015, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 4.6% E tem sua Economia baseada na agricultura, pecuária e comércio. Nas Articulações entre as Instituições encontra-se o Convênio de Cooperação com Entidades Públicas nas áreas de educação, saúde, transportes e desenvolvimento econômico e Consórcio Intermunicipal na área de saúde.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.7. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 34 de 223. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 3 de 223. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.8 em 2010.

3.1.3 Aspectos fisiográficos

O município Camalaú está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, com relevo suave ondulado. Clima do município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.

O clima é tropical semiárido. A pluviometria média anual é de 423 mm, com período chuvoso entre novembro e abril. Camalaú tem temperatura média anual oscilando em torno de 25 °C. A sua vegetação predominante é a Caatinga que varia de Herbácea a Arbustiva. Em relação a sua hidrografia, o município de Camalaú está situado nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Alto Paraíba.

O município é banhado pelo Rio da Serra ou do Espinho, onde foi construído o açude Cordeiros (já no município do Congo, mas com a maior parte das águas no município de Camalaú) e pelo Rio Paraíba ou do Meio, no qual foi construída a barragem pública de

Camalaú, além de alguns riachos importantes como o da Raposa, Ipueira, Aguazinha, Craibeira, Lamarão, Pinheiro, etc. Possui solonão cálcios, rasos, pedregosos, da era Pré-Cambriana. Predominância de rochas metamórficas e presença de quartzo leitoso na superfície.

3.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal Francisco Chaves Ventura é uma Instituição Pública, criada pela Lei Nº 31/88, de 27 de janeiro de 1988. Publicada no Diário Oficial em 30 de janeiro de 1988; CNPJ: 01.954.504/0001-03; INEP 25044486. Está localizada na Rua Elizeu Firmino de Melo S/N (próximo ao Mercado Público e ao Estádio de Futebol) na cidade de Camalaú-PB. É mantida pela Prefeitura Municipal, através da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) em parceria com órgãos Estaduais e Federais. Dispõe dos seguintes níveis de ensino: anos iniciais do ensino fundamental e EJA.

O corpo discente da escola é composto por 920 alunos, destes 440 estão matriculados no ensino fundamental anos finais e estudam no prédio do Centro Educacional Odete Maciel Firmo, inaugurado em dezembro de 2016, visto que ainda não foi oficializado o desmembramento da mesma. E, 38 alunos do 6º ao 9º ano, frequentam a Escola no Distrito de Pindurão que funciona como extensão da escola Francisco Chaves Ventura, sendo matriculados na sede. Isto é, a instituição funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite) distribuídos em 20 turmas, sendo: 55 alunos no 1º ano; 78 alunos no 2º ano; 61 alunos no 3º ano; 79 alunos no 4º ano; 97 alunos no 5º ano; 08 alunos na EJA de 1º ao 5º ano e 47 alunos na EJA de 5ª à 8ª série. E, mais 440 alunos do 6º ao 9º ano, que funcionam em outro prédio.

O público estudantil (na maioria) são filhos de pessoas carentes tanto no âmbito financeiro como cultural. Desses, cerca de 6% apresentam características de algum tipo de deficiência. Alguns ainda não confirmados por laudo médico. A maioria dos alunos do Ensino Fundamental I reside na zona urbana, no caso do Ensino Fundamental II a maioria reside na zona rural. A prefeitura mantém o transporte público com o apoio do Programa Caminhos da Escola.

A escola dispõe de laboratório de informática, quadra de esportes, correção de fluxo com projetos da EJA, educação especial (existe a sala equipada com materiais específicos desde 2011, dispõe de alguns professores que participaram de capacitações nos cursos de Libras e Braile, no entanto, a sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE ainda não funciona porque o município apresenta carência de material humano, além de alimentação

escolar e alguns materiais didáticos pedagógicos. Sempre que necessário realiza parcerias com outras secretarias municipais e outras entidades.

3.3 INFRAESTRUTURA: ASPECTOS FÍSICOS E HUMANOS

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Francisco Chaves Ventura” é de médio porte. Sua infraestrutura é de qualidade razoável, tem boa aparência e é bem conservada, (no entanto apresenta algumas salas mal projetadas), nos últimos anos houve uma favelização do prédio. Por conta da construção do Estádio de futebol diminuiu bastante o espaço para construção de novas salas de aula, em contrapartida, houve aumento considerável na demanda de alunos com a implantação do Ensino Fundamental II em 2012. Em 2017, os alunos do Fundamental II foram transferidos para outro prédio, enquanto aguardam a finalização de outra escola que está sendo construída com a finalidade de receber tal público.

Sendo assim, este ano atendemos nesta escola alunos do Fundamental I e alunos de EJA de 1ª a 8ª série, a escola conta com treze salas de aula climatizadas, uma sala de vídeo, uma sala de leitura, uma sala equipada com materiais do AEE (que nunca funcionou). Temos também um laboratório de informática (que está funcionando provisoriamente como sala de aula) e também como sala de reuniões, uma cantina equipada, um refeitório (aberto), uma diretoria onde também funciona a secretaria, seis banheiros. Temos ainda, duas passarelas, um espaço que é utilizado para recreação e uma quadra esportiva construída em 2012 (utilizada para aulas de Educação Física, recreação, eventos da escola como reuniões com os pais, exposição dos resultados dos projetos trabalhados para a comunidade, oficinas do programa Mais Educação).

Atualmente a escola conta com 27 profissionais (Gestora escolar, Coordenadora, Professores, Técnicos administrativos etc) apresentados no quadro a seguir: Além destes profissionais que atuam nas áreas pedagógica / administrativa temos mais 14 (quatorze) auxiliares de serviços gerais que atendem as demandas de acordo com cada função / necessidade da escola.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 VARIÁVEIS SOIODEMOGRÁFICAS

No Brasil, é visível a problemática contraditória que envolve letrados e iletrados, alfabetizados e analfabetos, alfabetizados conscientes e alfabetizados funcionais que caracterizam o país e atinge o sistema de ensino da Educação de Jovens e Adultos-EJA. Conforme dados do IBGE, o Brasil apresenta altos índices de analfabetismo, veja a seguir os números apresentados:

Taxa de analfabetismo no Brasil (população acima de 15 anos)

Ano	Taxa de analfabetismo	Média Nacional
2010	9,37 %	9,37 %
2000	12,84 %	12,84 %
1991	19,33 %	19,33 %

Fonte: DATASUS / IBGE, 2017.

No município de Camalaú a situação não podia ser diferente, já que estatísticas apresentam números bem mais preocupantes, se tomarmos como base apenas esse ângulo:

Taxa de analfabetismo em Camalaú-PB (população acima de 15 anos)

Ano	Taxa de analfabetismo	Número de Analfabetos
2010	30,61 %	1.282
2000	39,44 %	1.444
1991	49,41 %	1.744

Fonte: DATASUS / IBGE, 2017.

Os números apresentados no quadro acima sempre aparecem nos documentos, pesquisas. Entretanto, ao buscar esses dados na Secretaria Municipal de Educação de Camalaú-PB, encontramos um número de 319 alunos alfabetizados de 2010 até 2015, que em tese, teríamos somente 863 alunos analfabetos, atualmente. Todavia, esses alunos “alfabetizados”, quando acontece uma nova pesquisa tais alunos outrora alfabetizados, declaram-se analfabetos, retornando assim a engrossar esses números estatísticos, pois somente um primeiro contato com o mundo das letras, sem a continuidade dos estudos, não garante que eles deixarão de fazer parte dessas estatísticas como analfabetos.

Diante do exposto, mesmo tendo a sua garantia através de pareceres, resoluções e artigos de lei - nacionais estaduais e municipais - que asseguram a sua funcionalidade no sentido de elevar a taxa de alfabetização, erradicando o analfabetismo absoluto e reduzindo a

taxa de analfabeto funcional, percebemos que na prática essas garantias não se efetivam. O Município já foi parceiro de alguns projetos/programas bem estruturado pelo próprio MEC (Ministério da Educação), que não deslancharam, mesmo tendo todo um aparato financeiro e legal. Neste consenso temos a seguir o resultado geral do rendimento escolar do ano de 2015, contendo o número de aprovação e reprovação com base na matrícula inicial – contando ainda com o número de alunos transferidos e desistentes. Vejamos esses resultados:

APROVEITAMENTO E RENDIMENTO ESCOLAR - 2015					
Níveis/ Modalidades de Ensino	Matrícula Inicial	Aprovados	Reprovados	Transferidos	Desistentes
Pré-Escola	274	267	-	02	05
Fundamental I	638	568	44	22	04
Fundamental II	387	339	01	18	29
EJA	76	45	-	-	21

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Camalaú-PB.

Um rápido olhar nos mostra que a situação da Educação de Jovens e Adultos, ainda é uma das grandes preocupações do município, pois o número de desistente ainda é muito alto, em relação ao número de matrícula inicial. Sendo assim, sentimos a necessidade de enveredar outros espaços, seja a formação inicial e continuada dos professores, bem como a sua prática em sala de aula, onde pretendemos encontrar algumas respostas para a nossa pesquisa.

Para compreender as vivências e experiências dos professores da Educação de Jovens e Adultos, busca-se através da pesquisa de campo identificar como se dar a formação e a prática destes educadores, bem como, verificar a possibilidade de vivenciar uma nova proposta educacional, voltada para Economia Solidária. Participaram da pesquisa cinco (05) professores que responderam a questionários contendo dez (10) perguntas subjetivas. Ao apresentar as contribuições destes professores, para salvaguarda o anonimato dos participantes será mencionado como professor (a) A, B, C, D, E.

A primeira questão referiu-se a concepções destes professores em relação à Educação de Jovens e Adultos e a docência. Em conformidade todos compreendem que a EJA é uma modalidade de ensino voltada para um público que por algum motivo não pôde concluir seus estudos na idade apropriada e no momento está tendo a oportunidade de retomar seus estudos e inserir-se na sociedade letrada. O professor A acrescenta:

“Quanto a minha docência, procuro dar o melhor de mim, embora saiba que ainda não é suficiente, pois me falta uma formação específica, mas na prática procuro ser coerente e

sensata, pois sei que esse público precisa de uma atenção especial; são pessoas que de certa forma já são excluídos da sociedade e precisam de uma educação diferenciada”.

A professora B destaca: “Minha docência é dispor por um ensino que ajude os alunos a superar as dificuldades que os cercam”. A professora C declara: “Como docente é um privilégio estar dando apoio e suporte para estes darem continuidade a seus estudos.” De igual modo, a professora D diz que:

“Acredito que a EJA veio para ajudar as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, mas os professores precisam ser pessoas responsáveis, comprometidas e bem preparadas para motivarem esses alunos a darem prosseguimentos aos estudos.”

Professor E: “Uma grande oportunidade para os jovens e adultos retomarem seus estudos. Em relação à docência, tento ser dinâmico, com aulas atrativas na tentativa de motivar a permanência deles na escola”.

Partindo das respostas tecidas pelos professores, verifica-se a boa vontade no fazer pedagógico destes educadores, entendendo que a responsabilidade e o compromisso da atividade profissional são de fundamental importância na formação humana e que as colaborações do professor podem intervir de forma positiva na motivação do ensino-aprendizagem, pois as competências exigidas para a prática vão além do domínio de conteúdos.

O segundo item do questionário referiu-se a preparação do professor (a) para atuar na Educação de Jovens e Adultos, obtendo-se as seguintes respostas:

Para o professor A: “Para atender o atual currículo da escola que está mais voltado para o ensino regular, sim. Porém, despreparada para trabalhar com uma prática específica para esse grupo de alunos que necessitam de uma prática e um currículo que os prepare para o mundo do trabalho, para a vida em sociedade e para a consciência crítica em relação à vida.”

A professora B afirma que: “Não. Pois essa é a minha primeira experiência com a EJA, mas me esforço bastante em minha atuação.” A professora C diz: “Sim, pois me esforço e faço o que posso. No entanto, me sinto insegura por não ter uma formação apropriada para essa modalidade.” A professora D declara que:

“É gratificante trabalhar com essa clientela, mas ainda não me sinto bem preparada por ter pouca experiência com o ensino de jovens e adultos e por não ter uma formação adequada para trabalhar com esses alunos que necessitam de um ensino diferente do ensino regular. “

O professor E colocou: “Procuro sempre fazer o melhor, mas acho que se recebesse capacitação apropriada para a EJA, poderia melhorar e muito a minha prática”.

Diante do exposto, percebe-se certa insegurança dos professores para atuarem com a EJA, embora alguns afirmassem estarem preparados para o currículo/proposta vigente da escola, evidenciam sua preocupação em não receberem formação específica para essa modalidade, enquanto outros se julgam despreparados para atender as necessidades dessa demanda. Nesse sentido, o conhecimento provém do ensino, do aprendizado da docência, mas para chegarmos ao conhecimento é preciso empregar meios e buscar o desconhecido através da pesquisa, da curiosidade, do esforço na aquisição de informação.

O terceiro item do questionário buscou conhecer as tendências pedagógicas utilizadas em sala de aula pelos professores da Educação de Jovens e Adultos. As opiniões apresentadas foram bastante similares, pois ambas as respostas focaram a valorização do saber e das experiências dos alunos no processo de construção do conhecimento em sala de aula.

Na concepção do professor A: “[...] procuro contextualizar os conteúdos programáticos com a vivência dos alunos e aproveitar suas experiências, valorizando seus conhecimentos”. A professora B completa: “Faço bastante leitura e escrita, algumas pesquisas, sou flexível e adequo o conteúdo a realidade dos alunos”. A professora C reafirma: “Tento adequar os conteúdos a realidade dos alunos”. A professora D acrescenta:

“A tendência sócio- interacionista, o aprendizado sempre envolve a interação com o outro. A vivência dos alunos também precisa ser trabalhada em sala de aula para que dessa forma o aprendizado tenha significado para os alunos”.

O professor E diz que: “Além dos conteúdos, o cotidiano dos alunos e da sociedade”.

De acordo com o que pode ser visualizado nas respostas dadas pelos professores, nos depoimentos a cima, os mesmos compreendem que é necessário aproximar sua prática a realidade dos alunos, conhecendo seu dia a dia, sua história de vida, aproveitando suas experiências na construção do conhecimento.

O quarto item do questionário reportou-se a importância da formação para a prática do professor na Educação de Jovens e Adultos. Todas as respostas dos professores e professoras referentes a essa questão entram em consenso e afirmaram que a formação é muito importante para a prática do professor.

O professor A declara que: “Sim. A formação do professor é de suma importância para o desenvolvimento de um bom trabalho. É na formação que o professor se prepara e encontra caminhos para unir a teoria a sua prática”. A professora B destaca: “Sem dúvidas a formação deve ser algo que esteja sempre presente na construção do ensino para que o profissional possa ter uma prática mais elaborada”. A professora C de forma positiva concorda reafirmando: “Sim. Já que são alunos diferenciados pela idade e com baixa autoestima, o

professor precisa saber lidar com essa problemática e para isso, é necessário receber formações continuadas para aperfeiçoar sua prática” A professora D:

“Com certeza, a formação é muito importante para qualquer nível ou modalidade de ensino. O professor precisa estar preparado, tendo a oportunidade de aperfeiçoar e repensar sua prática de ensino”. O professor E responde: “Muito importante quando específica para essa área”.

Conforme as respostas dos (as) professores (as) percebe-se que de fato, nas opiniões apresentadas, todos valorizam a formação do professor e acreditam que a mesma favorece a eficácia do trabalho docente.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade do professor atentar para a sua auto capacitação, buscando seus próprios meios de estudar, aprender e se manter informado, assumindo uma parcela de responsabilidade que na maioria das vezes sobre cai sobre o sistema. É preciso que o professor crie suas próprias práticas e não se acomode com repetições de receitas pedagógicas; é necessário que façam uso da realidade que o cerca, da realidade dos alunos, do meio que estão inseridos e de suas histórias de vida. Desse modo, fica mais fácil vencer as dificuldades enfrentadas pela falta de formação e ganhar segurança no seu fazer pedagógico.

O item seguinte do questionário (item cinco) questionou os pesquisados, se os mesmos participam de formações específicas para o ensino da Educação de Jovens e Adultos.

O professor A: “Não. As formações geralmente são para o público do ensino regular, nunca são específicas, então, adaptamos os conhecimentos às nossas turmas de EJA”. A professora B também responde negativamente a essa questão e acrescenta: “As vezes chego até pensar que as responsabilidades dos envolvidos no processo de ensino, não recaem sobre eles com igualdade”. A professora C afirma: “Sim. Já participei, mas acho que a escola deveria contribuir mais, trazendo mais formações nessa modalidade de ensino”. Já os professores D e E, limitaram-se a responder: “Não” (e não justificaram suas respostas).

A falta de capacitação dificulta o desenvolvimento de um bom trabalho, mas na maioria das vezes, quando essas formações acontecem, essas estão voltadas mais para o campo teórico do que para a prática e muitas vezes o professor tem o conhecimento teórico, mas tem dificuldade de aplicá-lo a sua prática.

Assim, entendemos que as alternativas ligadas à troca de experiência e a própria mobilização do professor no sentido de buscar seu próprio conhecimento, através dos estudos e da pesquisa podem favorecer a eficácia do trabalho do professor e suprir as dificuldades da prática causadas pela falta de formação continuada.

A questão seis do questionário buscou saber na opinião dos professores, se os mesmos se sentem valorizados no seu trabalho com a Educação de Jovens e Adultos.

O professor A respondeu:

“Pelos alunos sim. São alunos que em sua maioria querem aprender e estão ali porque dão importância aos estudos e conseqüentemente valorizam o trabalho do professor. Mas, de forma geral ser professor já é uma profissão desvalorizada pela sociedade, pelo governo e pelo sistema”.

A professora B alega que: “Não. Se no ensino regular isso é complexo, imagine na EJA que o preconceito se faz presente de maneira mais evidente”. A professora C afirma:

“Sim. Como profissional sinto-me bem por fazer parte dessa função, não vejo nenhuma forma de discriminação ou preconceito em minha relação com os alunos e com a comunidade escolar, mas quando olhamos para o lado do sistema/governo, esses não dão assistência e nem valorizam nenhum profissional da educação”.

A professora D acrescenta: “Acho que devia ser mais valorizado no que se refere a ter mais apoio, especialmente na parte pedagógica”. O professor E colabora: “Sim. Principalmente ao vermos alguns objetivos alcançados, mas em relação à valorização econômica e profissional por parte do governo, não me sinto valorizado”.

Diante do exposto pelos professores é possível observar que em sua maioria se sentem insatisfeitos no que se refere à valorização de suas funções na Educação de Jovens e Adultos. Essa falta de valorização está atribuída principalmente às instituições governamentais, isso significa dizer que o estado não tem cumprido com suas responsabilidades no que se refere a suprir as necessidades das instituições escolares e as necessidades profissionais dos educadores. Nesse sentido, a restauração do direito a dignidade profissional só será possível se os envolvidos, através da reflexão crítica e de atitudes transformadoras foram capazes de acreditar em seu potencial de mudança. Isso significar dizer que o direito à cidadania se constrói a partir das lutas do próprio cidadão; lembrando ainda, que o professor leva para sua prática toda sua experiência de vida, toda sua bagagem cultural, social e política que inevitavelmente servirá de referência para seus alunos. Freire: “É preciso que o professor tenha esperança, uma vez que ele é espelho de seu aluno”. Paulo Freire (2002, p.80).

O sétimo item do questionário, indagou aos professores se o currículo da escola é específico para o ensino de jovens e adultos e se o mesmo contempla as necessidades desse público, especialmente no que se refere a sua preparação para o mercado de trabalho. Nesse quesito obtiveram-se as seguintes respostas:

Professor A:

“Não, o currículo não atende as necessidades da EJA. É um currículo voltado mais para o ensino regular e na maioria das vezes o livro didático é o norte do professor. Tá longe de preparar os jovens e adultos para o mercado de trabalho”.

A professora B afirma: “Não, pois o formato ministrado para essa modalidade, não é adequado para preparar o os alunos nem para o ensino superior, nem para o mercado de trabalho”. A professora C destaca: “Não contempla a preparação para o mercado de trabalho. Nós professores tentamos aproximar essa premissa por meio de projetos que abrangem ou repercutem no cotidiano dos alunos”. A professora D declara que: “A proposta da escola tem esse objetivo, mas os professores quase não a utilizam”. O professor E é enfático em sua resposta: “Não. Aliás, considero-o um dos motivos da grande evasão escolar”.

Observa-se nas opiniões dos professores que o currículo utilizado pela escola não contribui com a preparação desses alunos para o mercado de trabalho, nem tão pouco contempla as necessidades desse público. Percebe-se ainda, que a fragilidade do currículo se torna um entrave no processo de ensino da EJA.

A oitava questão buscou saber dos professores se os mesmo conhecem a ideologia e/ou metodologia da proposta educacional voltada para a economia solidária. Nesta questão verifica-se as seguintes respostas:

O professor A declara:

“Conheço pouco, mas sei que é uma proposta voltada para o desenvolvimento sustentável e embasada em princípios solidários em trabalhos coletivos, valorização e preservação do meio ambiente, priorização da autogestão, justiça social...”

Os professores B e E responderam que não conhecem a proposta. A professora C diz que: “Tenho só um pouco de conhecimento sobre esse assunto. Já li um pouco”. A professora D acrescenta: “A proposta é inovadora, onde o educando tem a oportunidade e inserir-se no mercado de trabalho, de empreender, de ter plena participação na sociedade, construindo sua própria história e aproveitando seu próprio conhecimento”.

Verifica-se aqui o pouco conhecimento dos professores em relação à economia solidária. A nona questão indagou os professores, se os mesmos consideram a necessidade de mudar sua prática para alcançar melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem. Obtiveram-se as seguintes respostas quanto a essa questão.

Professor A diz que: “Sim. O mundo muda o tempo todo e tudo precisa de mudanças. O professor não pode ser estanque, parado no tempo... É preciso viver novos desafios, novas experiências”. A professora B comenta:

“Se a prática já utilizada não estiver surtindo efeito, se faz necessário propor aos alunos várias formas de obtenção de conhecimento, trabalhando com diversos recursos e diversas dinâmicas. Mas para isso, o professor deve estar preparado profissionalmente.”

A professora C declara: “Sim. É importante estar experimentando novas experiências, novos desafios, além disso, somos seres em constante transformação e precisamos mudar sempre para nos aproximar da perfeição”. A professora D argumenta:

“Nós vivemos numa sociedade de mudanças, portanto é fundamental que as pessoas busquem novas práticas do ensino, onde possam atender os anseios dos alunos e dos educadores, para termos uma sociedade de justiça”.

O professor E disse que: “Sim. Busco sempre essa mudança”.

Professores reconhecem a importância e a necessidade de mudanças na prática educativa quando a mesma não atende as necessidades da demanda. Na décima questão concluiu-se o questionário da pesquisa, indagando os professores se seria viável a escola adotar uma proposta de ensino com ênfase em Economia Solidária para a Educação de Jovens e Adultos. Os resultados foram os seguintes:

Professor A declara: “Com certeza. Acredito que dessa forma, talvez possamos frear a evasão escolar dessas turmas e dar sentido ao ensino oferecido a esses alunos”. A professora B afirma: “No meu ponto de vista sim, pois é uma alternativa viável por se tratar de temas diversos numa perspectiva de organização social, cultural e econômica mais justa e igualitária”. A professora C complementa: “Sim. a implementação de uma proposta voltada para economia solidária seria uma alternativa interessante, pois a economia solidária é economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável”. A professora D diz que: “Sim, mas para isso é necessário à formação de todos os professores”. O professor E entra em concordância e acrescenta: “[...] Estou propondo que a escola adote temas que procurem diminuir a grande evasão e possam transformar nossa realidade para melhor”.

Nesse caso, os professores demonstram aceitação na hipótese de adoção por parte da escola em vivenciar uma proposta de ensino para EJA com ênfase na Economia Solidária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das respostas tecidas pelos professores e das análises empreendidas durante os estudos neste trabalho, verifica-se que a responsabilidade e o compromisso da atividade pedagógica desses profissionais são de fundamental importância para a formação humana, intervindo de forma positiva na motivação do ensino-aprendizagem, no desenvolvimento de habilidades e na construção autônoma do pensamento crítico dos alunos. No entanto, a preparação desses professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos ainda se constitui uma problemática a ser solucionada, pois os mesmos não possuem formação adequada para essa modalidade de ensino e não recebem a atenção necessária na orientação de sua prática o que dificulta o desenvolvimento de um bom trabalho.

Nesse sentido, é importante lembrar que o público alvo da Educação de Jovens e Adultos é composto por pessoas de baixo poder econômico, geralmente excluídos do mundo letrado, e que outrora estiveram fora da escola e no momento encontram na EJA a possibilidade de retomarem seus estudos na expectativa de ascensão social e melhoria na qualidade de vida. Dessa forma, justifica-se enfatizar a importância da formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa modalidade, pois os mesmos necessitam articular conhecimento e propostas que promovam uma educação com vistas à inclusão, e para que isso aconteça é necessário que esses professores estejam capacitados para inserir-se nas características do grupo, aproximando a realidade dos alunos à sua prática, conhecendo seu dia a dia, sua história de vida, aproveitando suas experiências na construção do conhecimento.

Sabe-se que o professor leva para sua prática toda sua experiência de vida, toda sua bagagem cultural, social e política que inevitavelmente servirá de referência para seus alunos, pois as competências exigidas para a prática vão além do domínio de conteúdos, mas isso não reduz em nada o valor da formação e contribuição didático-científico referente às questões de ensino e da formação para o trabalho. Nesse sentido, o conhecimento provém do ensino, do aprendizado da docência e cabe ao governo/instituições cumprir com suas responsabilidades no que se refere a suprir as necessidades das instituições escolares e as necessidades profissionais dos educadores. Mas, por outro lado, compreende-se a necessidade do professor atentar para a sua auto capacitação, buscando seus próprios meios de estudar, aprender e se manter informado, assumindo uma parcela de responsabilidade que na maioria das vezes recai apenas no sistema. É preciso que o professor crie suas próprias práticas e não se acomode com repetições de receitas pedagógicas, entendendo que as alternativas ligadas à troca de experiência e a própria mobilização do professor no sentido de buscar seu próprio

conhecimento, através dos estudos e da pesquisa podem favorecer a eficácia do trabalho e suprir as dificuldades da prática causadas pela falta de formação.

As análises empreendidas nos reporta ainda, a compreensão da relação do processo educativo da EJA com o currículo em execução na escola, constando a inadequação na sua aplicação e ao mesmo tempo, refletir sobre a possibilidade de revisão e reconstrução desse currículo, enveredando na possibilidade de vivenciar uma proposta pedagógica voltada para o ensino na EJA com ênfase em economia solidária, pressupondo um desafio a favor da articulação entre trabalho e educação na EJA. Dessa forma, esperamos com essa pesquisa contribuir para a melhoria na qualidade do ensino da Educação de Jovens e Adultos nas escolas do município de Camalaú, Estado da Paraíba. Temos em perspectiva, levantar discursões junto aos gestores de educação, gestores escolares, professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos a proposição de mudanças na metodologia, revisão e reconstrução do currículo e implantação de uma proposta educacional aliada a Economia Solidária – ECOSOL.

REFERÊNCIAS

- ACERVO PAULO FREIRE. **Centro de Referência Paulo Freire**. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2773/1/FPF_PTPF_12_026.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2017.
- ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania**. São Paulo. 2001.
- _____. **Ofício de mestre**. Petrópolis. Vozes, 2000.
- BARCELOS, V. **Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos**. Editora Vozes, 2010.
- BARRETO, V. **Formação Permanente ou Continuada**. In: SOARES, L. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica: Brasília: MEC/Secad, UNESCO, 2006, p. 93-102. Disponível em: forummega.org.br.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Conselho de Educação Básica**. Disponível em: (<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>). Acesso em: 15 de junho de 2017.
- DUARTE, Heloísa Helena Aparecida Chaves. **O OLHAR FILOSÓFICO DE PAULO FREIRE SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/HELOISA%20HELENA%20APARECIDA%20CHAVES%20DUARTE.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2017.
- FME. Memória do Fórum Mundial de Educação: **alternativas para construir um outro mundo possível**. Coordenação, organização e texto de Stela Rosa. Brasília, DF: MEC/Inep, 2007. Disponível em: http://gadotti.org.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/519/AMG_BIB_08_001.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 de junho de 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, Quézia Vila Flor. **Jovens na Educação de Jovens e Adultos: Produção do fracasso no processo de escolarização**. João Pessoa. Editora Universitária – UFPB, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como direito humano**. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/download/1004/pdf>. Acesso em 07 de maio de 2016.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica: Educar para a cooperação.** Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo: 2009.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil:** contribuições para uma avaliação da educação para todos. São Paulo: Ação Educativa; São Paulo (2000).

KRUPPA, Sonia M. Portella; ARRUDA, Marcos. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005.

NASCIMENTO, Claudio. **Experimentação Autogestionária: Autogestão da Pedagogia / Pedagogia da Autogestão. Observatório do PNE. Meta 9: Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/9-alfabetizacao-educacao-jovens-adultos>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

PERRENOUD, P. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia.** (Trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artemed, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CHAVES VENTURA – CAMALAUÍ-PB.

1. Qual a sua concepção em relação à EJA e a sua docência na mesma?
2. Você se sente preparado (a) para atuar na EJA?
3. Que abordagem/tendência você utiliza na sua prática em sala de aula?
4. Você considera a formação do professor importante para a prática da Educação de Jovens e Adultos?
5. Você participa de formação específica para essa modalidade de ensino?
6. Você se sente valorizado por trabalhar com essa modalidade de ensino?
7. O currículo da escola é específico para o ensino de Jovens e Adultos? Você acha que ele contempla as necessidades desse público, especialmente no que se refere à preparação de jovens e adultos para o mercado de trabalho?
8. Você conhece a ideologia e/ou metodologia de proposta educacional voltada para a economia solidária?
9. Você considera a necessidade de mudar sua prática para alcançar melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem?
10. Você acha que seria viável a escola adotar uma proposta de ensino para a Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária?

APÊNDICE 2 – FOTOGRAFIAS DE PROFESSORAS RESPONDENDO O QUESTIONÁRIO DA PESQUISA E DE UMA SALA DE AULA DA EJA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CHAVES VENTURA DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB.

